



CLIPPING



28 e 29-01-23
de
JANEIRO

REPÓRTER

70

> DECISÃO AFASTAMENTO

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) determinou o afastamento da vice-prefeita do município de Benevides, Edivana de Jesus Lima Pinto (DEM), pelo prazo de 90 dias, devido a indícios de prática de improbidade administrativa na contratação de imóvel para o funcionamento da Escola Estadual Ruth Guimarães, que passava por reforma. O caso seguia em segredo de justiça, sigilo retirado ontem pela juíza titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, sob argumento do princípio da publicidade e transparência da Justiça em relação aos agentes públicos.

O CASO

O caso também envolve a participação de três ex-secretárias da área da educação, uma professora e um empresário. A decisão é fruto da Ação Civil Pública ajuizada pela 3ª Promotora de Justiça de Benevides, Marcela Christine de Melo, em 14 de dezembro passado. De acordo com o Ministério Público, a situação ocorreu durante a reforma da Escola Ruth Guimarães, no distrito de Murinim, em que os alunos foram remanejados para o prédio de uma escola particular, mediante contrato de aluguel.

VALORES

Foi comprovado que o prédio pertence à vice-prefeita e a contratação se deu mediante dispensa de licitação e com superfaturamento no contrato, com duas avaliações do imóvel, a primeira com aluguel estipulado em R\$ 3,2 mil, a segunda em R\$ 8.560, mas o contrato foi fechado em R\$ 16,5 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SÃO DOMINGOS DO CAPIM

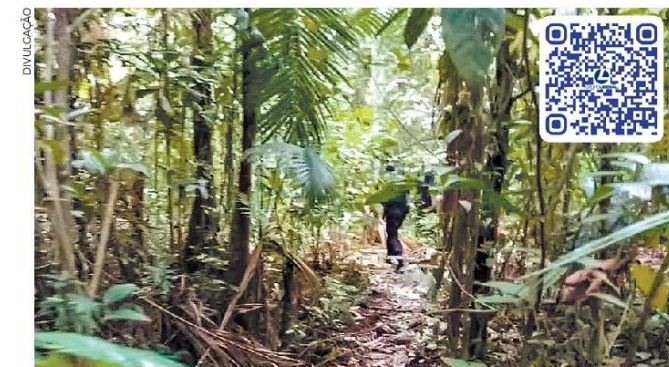
HOMEM É PRESO POR ESTUPRAR A FILHA E A ENTEADA

CRIMINOSO - Segundo a polícia, as vítimas foram violentadas seguidas vezes e forçadas a abortar. Os fetos eram enterrados por ele em áreas de mata.

CAMILA GUIMARÃES
DA REDAÇÃO

Um homem, que não terá o nome divulgado para preservar a identificação das vítimas, foi preso na manhã de ontem, em São Domingos do Capim, no nordeste do Pará, acusado de estupro de vulnerável. Ele é suspeito de abusar sexualmente das próprias filhas, que seriam pessoas com necessidades especiais (não especificadas pelas fontes), engravidava-as e depois forçava o aborto, enterrando os fetos em área de mata. Segundo o delegado da Polícia Civil, Bruno Carneiro, o homem já era procurado há anos, mas sempre conseguia fugir.

“A gente respeita o sigilo do processo, mas podemos dizer que ele estava há anos foragido. Ele se aproveitava da geografia do município, que tem uma grande extensão, com um rio que o corta e grande zona de mata. Por isso, ele fugia dos policiais há anos, se esgueirando pela mata. Ele tinha habilidade de se



Homem foi perseguido em área de mata e tentou resistir à prisão

esconder no mato. Mas, hoje, nós demos um basta nessa situação”, afirma o delegado.

De acordo com informações do site Gazeta Carajás, a prisão ocorreu após policiais chegarem na comunidade ribeirinha de Alto Dourado em uma lancha operacional. Eles entraram em uma área de mata densa e percorreram quase dois quilômetros a pé em busca do criminoso, que se escondia no local.

O delegado Bruno Carneiro deta-

lha que o homem chegou a investir contra a equipe policial, resistindo à prisão, mas não obteve êxito. Mesmo ferido, ele foi preso. “Ele foi hospitalizado e está sob o poder da Justiça”, afirmou o delegado.

A prisão aconteceu após uma estratégia de inteligência que reuniu, além da Polícia Civil, o comando da Polícia Militar, a Procuradoria do Município, a advogada da Assistência Social, o Ministério Público e o Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Foi necessário um trabalho de campo para que investigadores da Polícia Civil de Alenquer, vinculada à Superintendência Regional do Baixo e Médio Amazonas, conseguisse desmontar um esquema de venda de drogas, na cidade que fica no oeste do Pará.

Segundo as informações constantes no auto de flagrante contra Erivan dos Santos Galúcio, por volta das 13h da última quinta-feira (25), os policiais receberam novamente denúncias de que haveria a venda de drogas em uma residência na avenida Nazaré, no bairro Esperança.

Para surpreender o suspeito, os policiais civis realizaram uma campanha utilizando um carro descaracterizado, uma vez que o suspeito era considerado “escorregadio” e foi possível presenciar então a venda de drogas realizada pelo homem.

A partir disso se realizou a abordagem e revista pessoal e domiciliar, na qual foi encontrada uma carabina de pressão, uma luneta, meio quilo de pedra de óxi, 132 gramas de barrilha, R\$ 465,11 celulares de diversas marcas e duas balanças de precisão.

Ainda nas buscas na casa de Erivan dos Santos Galúcio, os policiais encontraram uma máquina de cartão, três pendrives, uma faca, uma balaclava, uma carteira porta cédula e um dichavador, que é o recipiente para moer maconha.

No quintal da casa, os policiais fizeram a apreensão de uma motocicleta azul, que se encontrava descaracterizada e com motor batido e chassi alterado.

Erivan dos Santos Galúcio recebeu voz de prisão e foi encaminhado para a delegacia de Polícia Civil de Alenquer, onde foi autuado em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

COMERCIALIZAVA ENTORPECENTES FINALMENTE PRESO

A Polícia Civil colocou Erivan dos Santos Galúcio na cadeia, em Alenquer, oeste do Pará



O criminoso era conhecido por ser rápido na ação, mas não conseguiu escapar
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



INTERVENÇÃO FATAL

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Marcos Vinícius Santos Pantoja, acusado de envolvimento em um latrocínio ocorrido na cidade de Castanhal, no nordeste paraense, morreu, ontem, durante uma troca de tiros com policiais civis no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém.

O roubo seguido de morte aconteceu no dia 21 de dezembro do ano passado, dentro de uma loja de vendas de aparelhos celulares, localizada em frente a Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, e comoveu a cidade inteira.

O jovem empresário Ycaro Lucas Santos Vila Nova, que era proprietário do estabelecimento, reagiu atirando con-

tra os assaltantes. Ele foi alvejado por vários disparos de arma de fogo e morreu no local.

PRISÃO

Um dos criminosos também foi baleado pela vítima, porém acabou socorrido e depois preso. O motorista responsável pela fuga também foi detido. O terceiro envolvido, que matou o empresário com vários tiros, estava foragido até que, na manhã de ontem, policiais civis receberam informações de que o criminoso estava na Passagem Dom Bosco, área do Distrito Industrial de Ananindeua.

Ao perceber a presença da equipe policial, o acusado fez seis pessoas reféns, entre elas três crianças. Durante as negociações, Marcos Vinícius resolveu atirar contra os policiais e acabou sendo alvejado e morto durante a troca de tiros. Contra ele existia em aberto um mandado de prisão expedido pelo Poder Judiciário.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

UNIMED BELÉM

Diretoria destituída tenta reverter desligamento

EFEITOS - Ao ingressar na Justiça, defesa dos antigos diretores diz que ata da reunião apresenta várias inconsistências e que ampla defesa não foi respeitada

Assembleia de destituição da diretoria da Unimed ocorreu no último dia 22 de janeiro



ELCK OLIVEIRA
DA REDAÇÃO

A defesa da Diretoria Executiva da Unimed Belém, destituída no último dia 22 de janeiro, teve acesso, na última sexta-feira, 27, à ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que levou à destituição da então Diretoria Executiva da entidade, bem como aos processos administrativos que estavam sendo movidos contra os diretores Antônio Travesa, Sandra Leite, Alberto Anijar, Robson Tadashi e Elaine Figueiredo. De acordo com a advogada da parte destituída, Hannah Bibas Maradei, a AGE apresenta uma série de irregularidades e, por isso, ela deverá entrar com uma ação

judicial pedindo a suspensão dos efeitos da AGE e solicitando o prosseguimento dos trâmites previstos no regimento interno da entidade, que teria sido violado com a realização de Assembleia Geral e votação de destituição antes que os processos administrativos a que os diretores já estavam respondendo fossem concluídos.

Segundo Hannah Maradei, na sexta-feira, 27, a defesa teve acesso não apenas à ata da AGE realizada no dia 22, mas também aos processos administrativos que cada um dos médicos da diretoria destituída já estava respondendo. "O que a gente tem aqui na documentação é que o presidente do Conselho Fiscal informou ao Conselho



Durante a Assembleia Geral, ocorreram várias irregularidades, desde as pessoas que compuseram a mesa até a forma como foram lidos os trabalhos."

HANNAH MARADEI,
Advogada

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que eles não iriam fazer a convocação da Assembleia porque os processos administrativos, de acordo com o estatuto e o regimento da cooperativa, estavam em tramitação e eles só poderiam marcar a Assembleia para votar a destituição ou não quando tivesse a conclusão desses processos”, explica.

Mesmo assim, de acordo com a advogada, o Conselho Fiscal da Unimed solicitou uma Assembleia para, entre outros itens, votar a destituição da então diretoria executiva. “Durante a Assembleia, que ocorreu no dia 22, houve várias irregularidades, desde as pessoas que compuseram a mesa até a forma como foram lidos os trabalhos. Por exemplo, há a leitura do relatório

de manifestação da denúncia, dos possíveis cometimentos de faltas graves da diretoria executiva, mas não há a leitura da defesa de nenhum dos diretores, as quais já haviam sido apresentadas ao comitê técnico da Unimed. Em seguida, abre-se uma votação conjunta para a destituição dos cinco diretores juntos, sendo que nem no processo penal, que é o mais grave dentro do direito, ninguém responde além da sua conduta, todo mundo tem a sua conduta delimitada e, nessa Assembleia, não foi respeitado isso. Foi votada a retirada conjunta deles; não foram individualizadas as penalizações; não foi garantido contraditório e ampla defesa; não aguardaram a conclusão da avaliação do próprio

regimento, que também não foi observado. Então, dessa forma, há diversos pontos contrários, seja ao regimento interno da entidade, seja ao estatuto da cooperativa, seja à Constituição Federal, seja aos princípios basilares do nosso direito e, em razão disso, serão tomadas as medidas judiciais cabíveis”, detalha.

Hannah Maradei aponta, ainda, que a medida deverá ser uma ação judicial pedindo a suspensão dos efeitos da Assembleia, para que o judiciário decida se houve ou não todas essas violações apontadas. “Para aí sim serem devidamente apuradas todas as denúncias e os diretores passarem pelos procedimentos adequados e saber se foi correta ou não a conduta deles”, completa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA
Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

● A conselheira Rosa Egidia Crispino Calheiros Lopes assumirá a presidência do TCE-PA, para o biênio 2023-2024.

O vice-presidente será o conselheiro Fernando Ribeiro e o corregedor o conselheiro Luis Cunha. Rosa Egidia Crispino Calheiros Lopes será a 22ª presidente do Tribunal e a terceira mulher a desempenhar a função de líder da instituição.

Ingressou no colegiado do TCE-PA em 2016, por meio de vaga destinada a membro do MPC-PA, onde atuou por mais de duas décadas como Subprocuradora e Procuradora de Contas. A posse será no dia 31 de janeiro de 2023.

● Os últimos três presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadores Constantino Augusto Guerreiro, Ricardo Ferreira Nunes e Leonardo de Noronha Tavares receberam, na última terça-feira, 24, a medalha da Alta Distinção Judiciária, a mais alta condecoração do Poder Judiciário Estadual. A cerimônia foi realizada no salão do plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares, no prédio-sede do TJPA. A honraria homenageia pessoas que tenham concorrido, de forma excepcional, para o maior reconhecimento, engrandecimento e prestígio do Poder Judiciário do Estado do Pará.

A desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro destacou que "hoje, homenageamos com a maior condecoração do Poder Judiciário do Pará três ex-presidentes que sempre demonstraram valorização e respeito a magistrados e magistradas, servidores e servidoras, coragem, competência, dedicação e afincamento em defesa da constituição e dos direitos humanos, durante suas gestões".

Conselheira
Rosa Egidia
Lopes
assume a
presidência
do TCE
-PA para o
biênio 2023-
2024



Três últimos presidentes do TJE-PA, Augusto Guerreiro, Ricardo Nunes e Leonardo Tavares foram homenageados pela Justiça Estadual

MINUTA

● Em 2023, a aposentadoria por tempo de contribuição pela regra de pontos terá seu requisito alterado. Terá o acréscimo de 1 ponto nos requisitos dos homens e das mulheres, totalizando os seguintes requisitos cumulativos: 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens; 90 pontos para mulheres e 100 pontos para homens. Importante ressaltar que a pontuação é composta pela soma de tempo de contribuição mais a idade.

● Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), decide que Justiça Federal não é competente para processar e julgar ação sobre representação sindical, cabendo à Justiça do Trabalho.

● Serão considerados válidos como prova de vida realizada, dentre outros, acesso ao aplicativo Meu INSS com o selo ouro ou outros aplicativos e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior.

● Outro meio válido é a realização de empréstimo consignado, efetuado por preenchimento biométrico.

● De acordo com o site do Tri-

bunal Superior do Trabalho, a Segunda Turma negou provimento à recurso do Banco do Nordeste, de forma a manter decisão que o condenou a indenizar por dano moral coletivo e a se abster de várias práticas consideradas anti sindicais. A decisão foi tomada em ação civil pública ajuizada na Bahia e o valor da indenização, R\$ 100 mil, deverá ser revertido para instituição e/ou campanha que atue na defesa de direitos e garantias dos trabalhadores bancários alcançados pela discriminação.

● O tripulante, sem prejuízo das atribuições originalmente designadas, não poderá exercer, simultaneamente, mais de uma função a bordo de aeronave, mesmo que seja titular de licenças correspondentes.

● Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes da Lei Pelé, especialmente jornada de trabalho desportiva normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Colaboração. Prof. Jaciel Papaléo Paes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Bernardino Santos

bernardino.liberal@gmail.com

ADVOGADOS

Disputadíssima a lista
sêxtupla da OAB/PA ao
quinto constitucional do TJ-
Pará. Mais de 25 advogados
querem formar na lista.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DENÚNCIA

Ex-secretário de Zenaldo vira réu em processo criminal

Se for condenado, Sérgio Amorim, que foi titular da pasta de saúde na gestão do ex-prefeito, pode pegar até 18 anos de prisão por acusações como fraude licitatória e até associação criminosa ao superfaturar equipamentos na pandemia

INVESTIGAÇÃO

Ana Célia

O ex-secretário municipal de Saúde de Belém, Sérgio Amorim, virou réu em um processo criminal que poderá lhe custar até 18 anos de prisão. As acusações incluem fraudes licitatórias e até associação criminosa, para a compra de ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros junto à GM Serviços Comércio e Representação, no início de 2020. O caso foi um dos maiores escândalos da administração do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, de quem Amorim era o braço-direito.

Os supostos crimes foram investigados pela Operação Quilmeira e denunciados à Justiça pelo Ministério Público do Pará (MP/PA). Em outubro do ano passado, a Juíza da 3ª Vara Criminal de Belém, Cristina Sandoval Collyer, rejeitou os pedidos de arquivamento feitos pelos advogados de defesa, recebeu a denúncia e disse existirem “fortes indícios” da participação do ex-secretário na “empresariada criminosa”.

Além de Amorim também são réus no processo os empresários Genny Missora Yamada, dona da GM Serviços; e Raimundo Teixeira de Macedo, dono da Macedo Hospitalar. Somadas, as penas dos três podem chegar a 47 anos de cadeia. Na decisão, a juíza também determinou que a Secretaria da 3ª Vara marque a data da audiência de instrução e julgamento, mas, segundo o site do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), isso ainda não ocorreu.

Devido à quantidade de testemunhas do processo, e possível até que a audiência ocorra no salão do Tribunal do Juri. As transações financeiras entre os dois empresários e a Secretaria Mu-



Sérgio Amorim foi exonerado assim que as denúncias vieram à tona

nicipal de Saúde (Sesma), que Amorim dirigia na época, podem ter lesado os cofres públicos em cerca de R\$ 11 milhão, em valores não atualizados. Amorim é cunhado do ex-Procurador Geral do Estado (PGE), Gilberto Valente Martins.

As irregularidades na compra desses equipamentos hospitalares foram denunciadas pelo DIÁRIO, em 21 de junho de 2020, e em várias reportagens posteriores. Na época, Zenaldo, Amorim e seus adeptos afirmaram, a vários veículos de comunicação, que tudo não pas-

ESQUEMA

CRIMINOSO

- Segundo o MP/PA, o “esquema criminoso”, que se realizou com a compra de equipamentos. Só que ele não possuía esses equipamentos, eles pertenciam, na verdade, à Macedo Hospitalar, representante exclusiva das fabricantes desses produtos, no Pará e na região. Amadeo “vendia” os equipamentos à GM (que “nota” fiscal, pagamento, garantia ou qualquer documento), após a contratação da GM pela Sesma.
- Em setembro de 2020, há indícios de superfaturamento. Um deles justamente a aquisição dos ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros “vendidos” pela Macedo à GM por R\$ 390 mil, e vendidos à Sesma por mais de R\$ 720 mil, ou 85% a mais.

sava de “fake news” do jornal. Há suspeita de que Amorim ter determinado alterações no portal da “Transparência”, para modificar, irregularmente, as Notas de Empenho (NEs) da compra desses produtos.

Mas as investigações realizadas pela Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), da Polícia Civil, acabaram confirmando todas as informações do DIÁRIO, e não só. Elas revelaram um festival de ilegalidades poucas vezes visto: indícios de superfaturamento, fraudes licitatórias; aquisição sem contrato e dotação orçamentária; sonegação fiscal; montagem de processo.

Ex-secretário teria tentado alterar documentos

A polícia começou a investigar o caso em junho de 2020, após uma queixa da cidadã Cleide Barral D’Assunção à DECOR. Em 9 de outubro, a Operação Quilmeira cumpriu mandados judiciais de buscas e apreensão, na Sesma e nos endereços de Amorim, Genny e GM. Quatro dias depois, Amorim foi exonerado. Em dezembro do mesmo ano, etc., Genny e Raimundo Macedo foram indiciados pela polícia, por fraude licitatória, associação criminosa e outros crimes.

Em novembro do ano passado, a promotora Erika Menezes de Oliveira, da 1ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade da Administração do MP/PA, ajuizou uma ação penal contra o trio. Mas os juízes da 1ª e da 2ª varas penais de Belém alegaram suspensão e o processo foi enviado à 3ª Vara, na qual foi, finalmente, recebida.

Segundo o MP/PA, esses ventiladores e monitores foram comprados em dezembro de 2019 e entregues em 10 de janeiro de 2020. Mas o pagamento só foi realizado em 1 de abril, para aproveitar o aumento dos valores desses equipamentos decorrente da pandemia da covid-19. Mas havia outro problema. Em 2019, a Sesma realizou uma licitação, para a compra de equipamentos hospitalares, para as UPAs da Jaranas e da Marambaia, incluindo ventiladores pulmonares e monitores multiparâmetros.

On seja, em dezembro, quando Amorim e a GM realizaram a transação, havia uma licitação vigente para aquisição desses produtos, mas os beneficiários eram outras empresas. No entanto, Amorim alegou que elas não teriam entregado as mercadorias, das quais necessitava com urgência, devido à inauguração da UPA da Marambaia e o avanço das investigações. Amorim, Genny e Macedo teriam tentado “ajustar” a documentação. Teriam sido fraudados “Termos de Entrega dos equipamentos e forjadas cotações de preços. Tentou-se também criar, em documento, uma suposta situação emergencial que justificasse aquela aquisição. Até os números de série desses produtos foram alterados, nas notas fiscais.”

E, na casa de Amorim, a Operação Quilmeira apreendeu o que seria um “processo paralelo”, que ele estaria tentando montar, para dar “ares de legalidade” à transação. A numeração desse processo é a mesma de outro encontrado no Setor Financeiro da Sesma. Só que, no “processo paralelo”, faltavam documentos e havia folhas sem numeração.

Materiais recolhidos pela Operação Quilmeira também mostraram que Amorim sabia, que não poderia realizar uma dispensa licitatória: os núcleos Jurídico e de Controle Interno da Sesma emitiram pareceres mostrando que tal dispensa seria ilegal.

Tudo foi subvertido por um Termo de Reconhecimento de Dívida (TRD), que, diz a polícia, não seria cabível nessa transação, e por empenhos posteriores até mesmo à entrega do material. Além disso, a polícia também constatou que não houve processo administrativo e autorização das secretarias municipais de Finanças e de Gestão (SEFIN e SEGEP), para a inserção de dados nessas Notas de Empenho posteriores, que estavam no portal da “Transparência”, mas foram retiradas após a primeira reportagem do DIÁRIO sobre o caso.

De cafeteria à fornecedora de equipamentos hospitalares

A GM Serviços foi aberta, em 2012, como uma cafeteria, a “Coffee Cake Doceria”, em um ponto comercial na Cidade Nova IV, no município de Ananindeua, com um capital de R\$ 30 mil. Mas passou por tantas transformações que, em 2020, já havia registrado na JUCEFA 35 atividades.

A principal passou a ser, em 2019, o comércio atacadista de produtos médicos, hospitais e laboratoriais. Mas o que era tão amplo que incluía desde limpeza de casas e prédios e venda de móveis e gêneros alimentícios, à psicanálise.

Tudo com um capital de apenas R\$ 400 mil.

Segundo a polícia, o amplo leque de atividades, sem conexões entre elas, é conhecido objeto social “guarda-chuva”, muito usado em licitações. E um dos vários indícios de que a GM seria, na verdade, uma empresa fantasma ou de fachada.

Outro, o fato de não ter sido encontrada, pela Operação Quilmeira, em nenhum dos endereços que ela mesma registra na JUCEFA.

As transações dela com a Sesma começaram em 2019 e há indícios de irregularidades até mesmo quando ganhou licitações. É o caso do Pregão Eletrônico 09/2020, no qual

ela vendeu à Sesma um esterilizador de peróxido de hidrogênio por R\$ 298.900,00.

O equipamento também havia sido “vendido” à GM pela Macedo Hospitalar. Mas só em 29/11/2020, com as investigações da polícia, é que a Macedo emitiu a Nota Fiscal do produto, já diretamente à Sesma e apesar de o contrato assinado 6 meses antes. Além disso, a Nota Fiscal da Macedo tem o valor de R\$ 220 mil, apesar da Sesma ter pagado R\$ 298.900,00 à GM.

RELAÇÕES

Nos materiais apreendidos na Operação Quilmeira, a polícia descobriu sinais de proximidade entre Genny e Amorim. No primeiro quadrimestre do ano eleitoral de 2020, ele teceirizou, por mais de R\$ 50 milhões anuais, a administração das UPAs de Jaranas e da Marambaia para a Organização Social InSaúde e da UPA da Terra Firme para o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana (IADEVH). E a polícia encontrou indícios de “grande influência” de Genny, na Sesma e nas UPAs de Jaranas e da Marambaia, até de atividades supostamente ilícitas da empresária, na UPA da Terra Firme.

O fisioterapeuta Otávio Partim, marido de Genny, trabalhava como coordenador de Qualidade da InSaúde, e a GM também prestava serviços às duas UPAs, incluindo lavanderia hospitalar, apesar de a polícia não ter encontrado, nos endereços dela, nenhuma máquina para a lavagem de roupas, e nem ter localizado processos administrativos que justificassem a escolha da empresa, para tais serviços.

Além disso, foram descobertas, em smartphones, várias ligações de Genny para Amorim, e dele para ela, inclusive nos dias que antecederam a Operação Quilmeira. Há, também, conversas de WhatsApp da esposa de Amorim, Vivian Patricia, nas quais ela diz a um apadrinhado para que ele procure a “Missora” (como é mais conhecida Genny), porque ela arranjaria um emprego para ele na InSaúde, com lotação na UPA da Marambaia.

Ainda mais problemáticas, porém, seriam as transações de Genny com o IADVH, que administra a UPA da Terra Firme. Há conversas de WhatsApp entre ela e o presidente da ONG, Geovál Santos, que indicam várias irregularidades, incluindo a emissão de notas fiscais falsas.

Em 3 de agosto de 2020, Geovál perguntou a Genny se ela possui empresa de manutenção predial. Ela responde que sim e envia um documento com as 85 atividades da GM. Aí, ele escreve: “Missora, então emita uma (aparentemente, nota fiscal) de R\$ 6 mil, ref. a manutenção predial da UPA, por favor”.

Em outra mensagem, ele escreve: “Missora, segue a conta preta bancar os R\$ 29.240,00”. Depois, ela envia a imagem do comprovante de transferência bancária. A conta indicada é da empresa A. C. Cunha & Cia Ltda, que comercializa móveis, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo e fica no município de Raposa, no Maranhão, estado-sede da ONG.

Em outra conversa, que não está datada, mas que foi precedida de um telefonema no dia anterior, Geovál diz: “Missora, ve vai emitir uma (aparentemente, nota fiscal) pela UPA no valor de R\$ 22.767,00, aí desse valor ve vai depositar na conta q segue, R\$ 8.742,00, depois aceite o imposto por fora, conv. ve”. A conta é do Posto Presidente Comércio de Combustíveis Ltda, que fica na capital do Maranhão, São Luiz.



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

LEONAM GONDIM DA CRUZ PRESIDE O TRE DO PARÁ ATÉ 2024

O desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior foi empossado dia 20 na presidência do TRE do Pará para o biênio 2023-2024. O magistrado ocupava a vaga de vice-presidente corregedor do Tribunal, que a partir de agora tem como titular o também desembargador José Maria Teixeira do Rosário. A cerimônia ocorreu no Plenário Antônio Koury. O novo presidente já foi vice-presidente da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará e atua como desembargador do TJPB desde 2008. Além disso, tem a literatura como uma das paixões sendo escritor, poeta, ensaísta, contista e fabulista, com diversos livros publicados. Também é membro da Academia Paraense de Letras (APL) desde o dia 10 de junho de 2021.



Antiguidade: juiz Pedro Sotero ascende ao desembargo estadual

O plenário do TJPB acatou por unanimidade na última quarta-feira a ascensão ao desembargo do juiz Pedro Pinheiro Sotero, pelo critério de antiguidade. O magistrado ocupará a vaga do desembargador Ronaldo Marques Valle, que se aposentou no final do ano passado. A posse está prevista para dia 31. Pedro Sotero ingressou na magistratura em 12/IV/1991. Atuou nas Varas Únicas de Curitiba, União e Cacheira do Arari, na 1ª Vara Cível de Altamira, 5ª Vara Penal de Marabá, 2ª Vara Cumulativa de Bragança, 3ª Vara Cumulativa de Santa Izabel, 2ª Vara Distrital Criminal de Icoaraci, 6ª Vara Penal de Belém, 1ª Vara de Inquéritos Policiais de Belém e 3ª Vara de Família de Belém.



Alta distinção judiciária: 3 últimos presidentes do TJPB homenageados

Os últimos três presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadores Constantino Augusto Guenreiro, Ricardo Ferreira Nunes e Leonardo de Noronha Tavares, receberam na última terça-feira a medalha da Alta Distinção Judiciária, a mais alta condecoração do Poder Judiciário Estadual. A cerimônia foi realizada no salão do plenário Des. Osvaldo Pojucan Tavares, no prédio-sede do TJPA. A honraria homenageia pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido, de forma excepcional, para o maior reconhecimento, engajamento e prestígio do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Transparência Pública: TCMPA entrega certificados para prefeituras e Câmaras

Na última quarta-feira ocorreu a entrega da certificação do Programa Nacional de Transparência Pública a 229 prefeituras e câmaras de vereadores paraenses, que foram classificadas na iniciativa, nas categorias diamante, ouro e prata. A cerimônia foi promovida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) e foi a primeira certificação do programa em todo Brasil, com a presença dos conselheiros Mara Lúcia (presidente), Antonio José Guimarães (vice-presidente), Sérgio Leão (corregedor), José Carlos Araújo, Lúcio Vale e a conselheira substituta Adriana Oliveira. O programa nacional foi realizado em 2022 pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e outras instituições do sistema Tribunais de Contas.



Novo datacenter aprimora serviços digitais do judiciário

O novo Datacenter Secundário do Judiciário paraense teve sua inauguração oficial na última quarta-feira, quando houve a entrega da estrutura que abriga os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em cerimônia conduzida pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Pinheiro. O novo datacenter, que funciona dentro de um container isolado do prédio, substituirá o datacenter que estava no interior da sede do TJPA, numa sala adaptada. O novo datacenter receberá o dobro de equipamentos da sala antiga, contando com um gerador exclusivo para equipamentos de tecnologia que aprimora os serviços digitais do Tribunal.

Judiciário homenageia César Mattar Jr. com condecoração

O Procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr., foi homenageado na última terça-feira, com a condecoração da Medalha Desembargador Ermanno Domingues do Couto - grau Mérito Especial. Homenageia personalidades que contribuíram para o engajamento e prestígio do Poder Judiciário do Estado do Pará. Na ocasião, o PGE prestigiou a sessão solene de entrega da medalha da Alta Distinção Judiciária. As cerimônias foram presididas pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina Pinheiro, e realizadas no plenário do prédio-sede do Tribunal.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPB

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MAURO BONNA

Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna



@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Graduação na Escola Judicial

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, antiga Escola da Magistratura, vai ocupar os 5.700 metros quadrados,

desapropriados, no prédio onde funcionou a Computer Store/Belém Hall, na Antônio Barreto. A instituição será dirigida pela desembargadora

Célia Regina Pinheiro. Já é credenciada para promover cursos de pós-graduação Lato Sensu, e agora vai pleitear junto ao MEC cursos de graduação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**ÉRIKA TITAN**
erikatitan@gmail.com

EUSOU+



A desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos** será a nova presidente do Tribunal de Justiça do Pará. Casada e mãe de três filhos, Maria de Nazaré sempre foi protagonista de sua vida. Formada em Direito pela UFPA e doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Del Museo Social Argentino, ela é uma potência. Sem dúvida, uma mulher inspiradora. Entre os preparativos para a posse, Maria José tirou um tempinho para conversar com a coluna.

● **Nesta segunda, dia 30, a senhora tomará posse como presidente do TJE-PA. Quais serão os principais desafios da sua gestão?**

Tornar a Justiça mais célere e eficiente, com o uso das novas ferramentas tecnológicas, com o uso da inteligência artificial e expansão e melhoria da estrutura de trabalho, dinamizando os procedimentos, visando o aumento da produtividade e o menor tempo na tramitação dos processos.

● **Em sua opinião, qual a melhor forma de as mulheres se posicionarem para conquistar o seu espaço na busca pela equidade de gênero?**

Demonstrar que são capazes, independente de gênero.

● **Quais são seus livros de cabeceira?**

“Lider em tempos difíceis”, de John C. Maxwell, “Tempo de Esperas”, do Padre Fábio de Melo.

● **Que conselho a senhora daria para uma pessoa que esteja ingressando na carreira jurídica?**

Estar em constante aperfeiçoamento, com comprometimento e amor na função que desempenha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FLAGRANTE

JR Avelar

Policiais civis da cidade de Magalhães Barata vinculados à Superintendência Regional do Guamá, com o delegado Ronycryson, investigador Manoel Gilson e escritora Gislaine, deram cumprimento a um mandado de busca e apreensão domiciliar expedido pelo juiz de Direito Cristiano Magalhães Gomes, de Magalhães Barata, nordeste do Pará, após representação do delegado Ronycryson Roger Fantini.

Os policiais civis se dirigiram ao endereço requerido, travessa Procópio Lopes, vila do Arraial, município de Magalhães Barata e, ao chegarem lá, encontraram com o suspeito David Lucas Monteiro Barbosa e sua esposa, Rita da Silva Monteiro.

Foi lido o mandado que autorizava o ingresso em seu domicílio, bem como se procedeu com a busca pessoal e por toda a residência. Os policiais encontraram R\$ 50 em espécie, fracionadas em notas miúdas que estavam no bolso do short de David.

Na residência foram apreendidas uma balança de precisão pequena, duas sacolas de supermercado grandes, com substância similar ao entorpecente popularmente conhecido como maconha, um pote de plástico com maconha, uma espingarda calibre 28 de fabricação artesanal, cinco cartuchos calibre 28, sendo dois deflagrados e três preenchidos de forma caseira, e um aparelho celular.

Diante dos fatos, David Lucas Monteiro Barbosa foi orientado quanto aos direitos constitucionais, dentre os quais o de permanecer em silêncio. Foi dada a ele voz de prisão pela prática dos crimes de tráfico de drogas, artigo 33, da lei 11.343/06, e posse irregular de arma de fogo de uso permitido, artigo 12, da lei 10.826/03.

MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO PRESO POR TRÁFICO

David Lucas Monteiro Barbosa foi detido em Magalhães Barata, nordeste do Estado



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ENGRAVIDOU, FEZ ABORTAR E ENTERROU FETOS PAI ESTUPROU AS FILHAS



O caso ocorreu em São Domingos do Capim, nordeste do Pará

ATROCIDADE

Tiago Silva

Em São Domingos do Capim, região do nordeste paraense, um homem foi preso acusado de ter estuprado suas duas filhas, que são especiais. A prisão aconteceu na tarde da última quinta-feira (26) e foi efetuada pelas polícias civil e militar. Os nomes não serão revelados para não expor as crianças.

Segundo consta no boletim de ocorrência, o pai abusava sexualmente das filhas, e quando elas engravidavam, ele as obrigava a abortar tomando chás de ervas medicinais e depois ainda enterrava os fetos na mata.

As denúncias foram repassadas pelo Conselho Tutelar e, durante as investigações, a Polícia Civil solicitou a prisão do acusado.

O mandado de prisão preventiva foi expedido pelo Poder Judiciário e cumprido na zona rural de São Domingos do Capim. Po-

liciais militares, sob o comando do sargento Domiciano, e policiais civis foram até a comunidade Jaboticacá e após várias buscas pela mata fechada encontraram o estuprador numa barraca.

O criminoso estava com um terçado e partiu para cima das equipes policiais, momento em que recebeu um tiro de contenção na coxa esquerda.

Depois de receber atendimento médico, o criminoso foi preso e encaminhado para um presídio localizado naquela região.



O criminoso tentou atacar os policiais, mas foi contido com um tiro na perna

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça afasta vice-prefeita de Benevides por suposto esquema envolvendo aluguel de imóvel

MP aponta indícios de irregularidades na contratação de imóvel que pertence à Edivana Lina.

Por g1 Pará — Belém

28/01/2023 10h12 · Atualizado há 2 dias



Vice-prefeita de Benevides é afastada por determinação da Justiça

A Justiça do Pará determinou o afastamento, por 90 dias, da vice-prefeita de [Benevides](#), Edivana Lima, por suspeita de improbidade administrativa. O sigilo da decisão, tomada no último dia 19 de janeiro, foi quebrado na sexta-feira (27). A reportagem ainda não conseguiu contato com Edivana Lima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o Ministério Público do Pará (MPPA), que entrou com a ação no Tribunal de Justiça, há indícios de irregularidades na contratação de um imóvel para funcionamento da Escola Estadual Ruth Guimarães, que passava por reforma, em julho de 2017.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

Além da vice-prefeita, três servidoras públicas, uma professora e um empresário estão envolvidos no esquema, segundo o MP.

As fiscalizações verificaram que o prédio alugado para o funcionamento da escola pertence à vice-prefeita de Benevides, que houve dispensa de licitação e que o imóvel não comportava as necessidades da unidade.

Além disso, o MP constatou superfaturamento e extensão desnecessária e ilegal do contrato, já que a obra na escola Ruth Guimarães terminou em março de 2018, mas o aluguel continuou sendo pago até janeiro de 2020.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br